

AMÉRICA, AMÉRICAS: MODERNIZAÇÃO E PARADIGMAS

Antônio Pedro Tota¹

RESUMO

O artigo trata das relações estabelecidas entre os Estados Unidos e o Brasil ao longo da História, voltando-se, principalmente, ao período que compreende a primeira metade do século XX. O recorte da problemática se dá por meio do seguinte questionamento: será que a modernização – a grande bandeira levantada pelos norte-americanos naquele começo de século – pode ser entendida como sinônimo de americanização? Para responder a essa questão, realiza-se uma análise da história, da cultura, da política e da sociedade norte-americana, voltando-se aos autores brasileiros e aos autores norte-americanos que trataram da temática. Por essa via, o conceito de americanismo é explorado e relacionado com o de modernização, revelando como essas duas formulações se aproximam e se distanciam. O estudo da figura de Nelson Rockefeller e sua relação com o Brasil abre novos caminhos para se pensar a questão da modernização.

Palavras-chave: modernização, Estados Unidos, americanismo, Nelson Rockefeller

ABSTRACT

The article deals with the relations established between the United States and Brazil throughout history, turning mainly to the period that comprises the first half of the twentieth century. The problem is addressed by the following question: can modernization - the great flag raised by the Americans at that beginning of the century - be understood as synonymous with americanization? To answer this question, an analysis of American history, culture, politics and society is carried out, turning to the Brazilian authors and to the North American authors who dealt with the subject. In this way, the concept of americanism is explored and related to that of modernization, revealing how these two formulations approach and distance themselves. The study of the figure of Nelson Rockefeller and his relation with Brazil opens new ways to think about the question of modernization.

¹ Antonio Pedro Tota é o *nom de plume* do professor Antonio Pedro, que nasceu em Piracicaba, em 1942. É doutor em História pela Universidade de São Paulo, professor titular de História Contemporânea na PUC SP e lecionou como professor visitante na Pace University (Nova York). Além de ensaios, publicou diversos livros didáticos na área de história. É autor, entre outros, de *O Estado Novo* (Brasiliense, 1983), *O imperialismo sedutor* (Companhia das Letras, 2000), *Os americanos* (Contexto, 2009, em coautoria com Adriano Marangoni) e *O amigo americano* (Companhia das Letras, 2014).

Keywords: modernization, United States, americanism, Nelson Rockefeller

INTRODUÇÃO

Às vezes, nós brasileiros temos um estranho sentimento. Nos vemos como “estrangeiros” na América Latina. Somos os únicos a falar português em vez do dominante espanhol. Há quem diga que, por isso mesmo, temos mais afinidades com os estadunidenses do que com nossos vizinhos mais próximos. Lusitanismo no lugar do iberismo. Portugal se alinhou à Inglaterra para se defender da potência espanhola. Será por força dessa herança que nos aproximamos mais dos Estados Unidos, para nos defendermos da hispanidade de “nuestra América”? Lembremos que há uma tradicional relação entre os Estados Unidos e o Brasil, desde os tempos da proclamação da República. No entanto, há um paradoxo na formulação que está resumida na seguinte questão: por que estudamos tão pouco a história dos Estados Unidos?

Para escrever um livro (publicado em 2000) que tratou das relações entre os EUA e o Brasil durante a Segunda Guerra, recorri a livros em inglês, porque nossa bibliografia em português sobre o assunto era escassa. Feito o livro, minha atenção continuou nas relações entre o grande e rico país do norte e o grande e pobre país do sul. Tudo com o acréscimo de uma interrogação: será que americanização pode ser entendida como modernização?

Alguns pesquisadores americanos mais jovens têm se interessado pela questão da teoria da modernização. Nils Gilman publicou em 2003 um livro com o curioso título de *Mandarins of the Future – Modernization Theory in the Cold War America*. Em um determinado momento do livro, ele imagina o que passava pela cabeça dos *policy makers*:

(...) o lugar mais moderno da terra era, sem dúvida, os próprios Estados Unidos. E isso era um princípio com que todos os intelectuais americanos do pós-Guerra concordavam. Eles podiam discordar de quase tudo, menos desse princípio quase sagrado. Moderno era onde eles estavam, isto é, ‘América’. Se os Estados Unidos deveriam ser um modelo para o desenvolvimento, se os Estados Unidos eram a ‘primeira nação’, eles [os intelectuais] deveriam estudar mais os próprios Estados Unidos. (...) De acordo com o programa discutido pelo CIS (Center of International Studies), o objetivo da ‘America Project’ era elementar e explícito: para entender o terceiro mundo, os *scholars* americanos deveriam entender sua própria nação (...) (GILMAN, 2003, p. 205-206).

Era isso que pensavam os *policy makers* da época, em especial Walt Rostow. Usarei aqui a mesma ideia: para se entender o processo de

modernização – tomando como quase sinônimo de americanização – de meu país, proponho que se estude mais a história dos Estados Unidos.

A maior parte das obras produzidas no Brasil que trata da história dos Estados Unidos quase sempre está relacionada à nossa própria história. É raro encontrar uma boa bibliografia em português que dê conta da história do país norte-americano. Essa lacuna me levou a buscar formas de entender os EUA por meio de obras de romancistas, críticos musicais e ensaístas que pensam a cultura.

Recorri a traduções como a de *O Século Inacabado*, dirigida pelo decano William E. Leuchtenburg, e *História Moderna dos Estados Unidos* de Arthur S. Link, ambas publicadas pela Zahar Editores. David Wise e Thomas Ross trataram da CIA; Norman Mailer, o romancista, publicou um ensaio irreverente de cartas a JFK pela Civilização Brasileira. Todos são das décadas de 1960 e 1970.

Dos autores brasileiros, li o clássico *América*, de Monteiro Lobato, uma quase memória crítica de um brasileiro no país dos automóveis, do cinema e do rádio, que era como o escritor gostava de pensar a pátria dos americanos. Vale lembrar que Lobato escrevia sobre os EUA, mas pensava o Brasil. Vale também registrar o indispensável Vianna Moog, com o seu *Bandeirantes e Pioneiros – Paralelo entre duas Culturas*, também publicado pela Civilização Brasileira, seguindo a “escola” de Lobato iniciada na década de 1920, isto é, comparando os Estados Unidos ao Brasil. O mesmo se passava com Érico Veríssimo. Esse grupo de intelectuais, em geral, olhava positivamente para os EUA, como um bom exemplo a ser seguido, ainda que com ressalvas.

Li também autores que pensavam o contrário. Recorri à obra de Moniz Bandeira, *Presença dos Estados Unidos no Brasil*, da editora Civilização Brasileira. Também, os diversos livros de José Ramos Tinhorão abriram meus olhos, ou melhor, meus ouvidos, para uma sonora denúncia de que nossa música popular estava americanizada – em especial, a bossa nova.

Os autores brasileiros dessa corrente – historiadores ou não – que produziram textos sobre os Estados Unidos nas últimas décadas, quase sempre o fizeram para tratar das relações entre o grande país do norte e o Brasil. O problema com parte dessa produção é que ela é eivada de certo preconceito. Ou melhor, já chega ideologizada, uma produção quase teleológica: já vem embrulhada em um pacote de denúncias à potência imperialista. As críticas aos Estados Unidos, quase sempre feitas a priori, sem estudos mais aprofundados em fontes documentais norte-americanas, acabam por obnubilar uma análise mais objetiva. O próprio Bandeira parece escolher a dedo provas para justificar que os americanos são, por natureza, imperialistas. Ao fim, ele acaba fetichizando os EUA imperialistas.

À parte o caráter de denúncia, o tema parece não interessar muito à academia brasileira, em particular a paulista. Na década de 1960, o Curso de História da USP dedicava uma minúscula parte de seu currículo à história norte-americana, mesmo assim era quase um anedotário enaltecendo as qualidades da América. Hoje, há uma matéria de História da América, com ênfase nos Estados Unidos.

Em suma, os estudos sobre os Estados Unidos têm sido relegados, com a exceção da bem-vinda e recente produção de jovens cariocas da Universidade Federal Fluminense e da Federal do Rio de Janeiro.

Talvez, a origem desse antiamericanismo esteja marcada pelas análises ácidas feitas cerca de 100 anos atrás por Eduardo Prado e por Lima Barreto. Eduardo Prado deixou marcas profundas com sua obra *A Ilusão Americana*. Os dicionários definem ilusão como uma promessa falsa de felicidade, quando se toma o falso por verdadeiro. Eis a ilusão americana do aristocrata Eduardo Prado.

Barreto, em sintonia com Prado, pensava o Brasil como um bando de mariposas atraído pela luz mortal da lâmpada.

Nós não estamos ficando surdos com as coisas americanas, mas estamos ficando cegos; e, na clássica imagem, somos como mariposas que a luz atrai, para matá-las.

Não temos o bom senso de repelir os grosseiros e megatéricos ideais americanos e ficar nós mesmos. (...)

Substituir o ideal coletivo que é espontaneamente o nosso, por um outro que vai de encontro à nossa mentalidade e ao nosso temperamento, é suicidar-nos. (...) (BARRETO, 1919, p. 482).

O modelo americano não se relacionava com nossa realidade, na verdade ele destruía nossa cultura e nossas tradições. José Ramos Tinhorão e Moniz Bandeira são os herdeiros marxistas da tradição monarquista de Prado e de Barreto.

Talvez o antiamericanismo dos monarquistas estivesse ligado ao fato de a república brasileira ter se firmado graças à ajuda dos Estados Unidos. É bom lembrar que Floriano Peixoto, segundo presidente militar brasileiro, contou com a ajuda de uma esquadra financiada pelo capital americano para debelar a rebelião da nossa armada. É o brasilianista Frank McCann quem relata:

[O] governo Cleveland [demonstrou] o seu apoio a Floriano. Despachou, nas palavras do secretário adjunto da Marinha, William McAdoo, ‘a mais poderosa frota que já representou a nossa bandeira no exterior’. (...) A combinação das supostas superarmas de Flint com as canhoneiras da Marinha americana arrefeceu o ímpeto dos rebeldes do Rio e expôs as autoridades

provisórias de Santa Catarina ao risco de um ataque decisivo vindo do mar. Em comemoração, Floriano tornou o Quatro de Julho feriado nacional, o Congresso mandou cunhar uma moeda com as efígies de Cleveland e Floriano, e cidades de fronteira em Santa Catarina e na Amazônia [Amapá] foram batizadas de 'Clevelandia'. Os alicerces da 'aliança tácita' da década seguinte estavam firmemente assentados (McCANN, 2008, p. 59-60).

Seja como for, o que é possível dizer, portanto, é que os Estados Unidos são tidos sempre como um modelo: a ser imitado ou evitado.

POR ONDE COMEÇAR?

Há algum tempo procuro evitar essa concepção ideologizada a priori, trilhando o seguinte caminho: primeiro, cabe entender a matriz do paradigma. Para discutirmos a importância dos Estados Unidos paradigmáticos, é preciso conhecer melhor a história do país. Estudar, pois, a história, a cultura, a política e a sociedade americana é a proposta. E para isso, estudar as bases teóricas e metodológicas do chamado americanismo, embora difícil para as culturas ibero-americanas – é indispensável.

A leitura da produção de Luiz Werneck Vianna, Lucia Lippi de Oliveira e Robert Wegner é só um começo (lembrar que estes estudos se relacionam à nossa sociedade). Sem dúvida, teremos que nos valer da produção dos próprios americanos. Um dos primeiros que serviram como uma espécie de “rito de iniciação” aos estudos do americanismo foi Gary Gerstle, desenvolveu a ideia que pode ser resumida nos conceitos expostos a seguir.

O nacionalismo, que se manifesta pelo culto coletivo aos heróis que representam o esforço de indivíduos livres e destacados pela sua religiosidade. Dos *Founding Fathers* a Lincoln, a grandeza da América é, para esta concepção, indiscutível.

A democracia, ligada intimamente à dimensão nacionalista, centra-se mais nas ideias pelas quais os heróis lutaram, isto é, democracia, direitos, liberdade, independência. Por esse motivo, a dimensão democrática é um aspecto bastante abrangente, pois abriga o mercado livre, radicais políticos e o pluralismo cultural.

O *progressivismo*, conceito que não tem tradução precisa para o português, é baseado na crença da racionalidade, da abundância, no aperfeiçoamento constante do caráter moderno da sociedade americana. Essa dimensão enfatiza a habilidade do homem livre e energético na transformação da natureza – com ajuda de máquinas e técnicas maravilhosas – para fornecer ao mercado uma quantidade de produtos atraentes para o consumo (GERSTLE, 1991, p. 1-15).

Talvez o conceito tenha sido traduzido de forma mais feliz por um historiador do cinema americano. Robert Sklar, em um antigo estudo sobre a natureza do cinema na cultura americana, sugere uma possibilidade que pode ser muito útil para quem pensa em estudar os Estados Unidos – em especial por meio da sua chamada cultura de massas. Para ele, Walt Disney e Frank Capra, dois conhecidos cineastas, transformaram a cultura pequena burguesa em valores universais. Esta é a chave do americanismo: a recompensa pela estabilidade social identificada na valorização do sucesso, da conquista da riqueza ou da garota pelo seu herói, da amizade, de líderes confiáveis e a busca constante da ubíqua felicidade (SKLAR, 1976, p. 197-212).

Outros textos recomendáveis são *American Myth, American Reality* que trata da criação dos mitos americanos atados ao conceito de americanismo (ROBERTSON, 1981). Uma produção mais recente em *Americanism – News Perspectives on History of an Ideal*, organizado por Michael Kazin e Joseph A. McCartin, publicado em 2006 pela *University of North Carolina Press*, fundamental para estudos sobre o tema. O próprio título é indicativo do significado de americanismo para os americanos: novas perspectivas na história de um ideal.

INTERESSES

Resumindo, meus interesses voltam-se, cada vez mais, para a tentativa de apreender a “alma” dos Estados Unidos por meio da sua estrutura ideológica mais cara: o americanismo, conceito de complexa definição e apreensão.

Temos que convir que essa nação tem sido vista como um sistema distinto do resto do mundo. E modelar, (pelo menos por ela mesma). Seymour Lipset lembra que foi um estrangeiro a notar a excepcionalidade americana: Alexis Tocqueville, que viajou para os Estados Unidos da América para entender por que, apesar da Revolução Francesa, a democracia na França “não deu certo”, mas floresceu na América, produzindo uma democracia republicana estável. Foi ele que cunhou a expressão *American Exceptionalism*.

Ora, a excepcionalidade só é possível de ser aferida quando se compara um país a outro. Os Estados Unidos da América seriam excepcionais por terem se originado de uma revolução que transformou o país em uma nova nação. A primeira colônia a obter a independência, e com forte base ideológica. Tornar-se americano é uma religião, e isso é ideologia. Outros países definem-se por uma história comum, não por uma ideologia (SEYMOUR, 1997, p. 4). Richard Hofstadter matou a charada: “Nosso destino não é o de ser uma nação que possui ideologias, mas de ser uma ideologia” (HOFSTADTER, 1996, p. 16).

Uma vez entendido o paradigma americano, pode-se trabalhar com a ideia da americanização do Brasil? É possível para a realidade brasileira aceitar a ideia de americanização? Só se for “à brasileira”. Ou, no dizer de Oliveira Vianna, a cultura anglo-saxônica seria bem-vinda desde que “[...] fosse expurgada do americanismo, dos valores do indivíduo e da matriz utilitária [...]” (VIANNA, 1996, p. 176).

Vê-se, portanto, que a tarefa requer minuciosa pesquisa teórica da produção dos americanos e dos brasileiros. Talvez simultaneamente.

O cientista político Luiz Werneck Vianna, em diferentes estudos sobre o americanismo, sugere indagações que podem ser a base da justificativa de um projeto de investigação com a dimensão que este se propõe. O conceito de americanismo pode ser confundido com o de modernização? Teria ele, desta forma, vigência histórico-universal? Ou, caso contrário, ele só pode ser interpretado, paradoxalmente, como um *Weltaunschaung* americano? Assim, seria um construto tão exclusivamente americano que só pode ser entendido na singularidade inerente ao modelo de liberalismo que se implantou nos Estados Unidos, com base na cultura de tradição puritana e do republicanismo das primeiras comunidades de inspiração bíblica.

MODERNIZAÇÃO É AMERICANIZAÇÃO?

Irrisistible Empire – Americas Advance Through 20th Century Europe é o título do livro da professora da *Columbia University*, Victoria de Grazia. Ela afirma que a verdadeira bíblia de Hitler era *My Life and Work*, de Henry Ford (e não exatamente *Mein kampf*). Mark Mazower, autor do *Império de Hitler – A Europa sob o domínio nazista*, também professor da *Columbia*, diz que, pouco antes da guerra, os grandes homens de negócios da Alemanha se reuniram sob os auspícios do Ministério da Economia para promover a americanização da indústria alemã.

Seriam essas evidências para entender americanização como modernização? É uma tarefa muito grande para uma viagem solitária, mas busquei oferecer uma pequena contribuição e abrir caminho no meu livro mais recente ao me debruçar sobre a figura de um americano que pregava a necessidade de o Brasil se modernizar tendo como paradigma, de preferência, o modelo americano. Refiro-me ao milionário Nelson Rockefeller.

Entre 1937 e 1969, ele esteve dez vezes aqui. Mas foi na Venezuela, em 1937, que ele começou a nascer politicamente quando inspecionou os campos petrolíferos da *Creole*, uma das companhias da família, onde promoveu mudanças radicais nas relações trabalhistas da empresa. Nas palavras dele:

Nós temos que reconhecer as responsabilidades sociais que uma grande corporação tem e elas devem usar o potencial de seus bens para atender os interesses da população. Se não fizermos assim, eles tomarão de nossas mãos o que nos pertence (REICH, 1996, p. 10).

Teriam que humanizar as relações de trabalho sob o risco de provocar uma convulsão, como a que ocorreu na Rússia em 1917.

Republicano, trabalhou no governo do democrata Franklin Roosevelt durante a guerra praticamente com as mesmas ideias: melhorar a situação das camadas pobres da América Latina era a melhor forma de lutar contra o nazismo.

Depois da guerra, no entanto, a paranoia anticomunista norte-americana renasceu e o comunismo soviético, aliado de circunstância, ao contrário do nazismo, dava claros sinais de longa vida, parecia cada vez mais saudável. Este sim era, portanto, o inimigo a ser temido e combatido de todas as formas. Os apelos dos comunistas eram internacionalistas, com promessas de uma utopia de um mundo sem classes, sem pobres e sem ricos. Os comunistas ofereciam um mundo concreto, uma alternativa ao mundo material do liberalismo capitalista. Resumindo: o comunismo era o principal inimigo e deveria ser combatido mais com inteligência e argúcia do que com a força.

Anticomunistas convictos, os membros da família Rockefeller, entretanto, não comungavam exatamente com os laivos radicais e reacionários do clima paranoico do macarthismo que imperou nos anos 1950. O jovem Nelson Rockefeller tinha clara consciência de que deveria haver mudanças nas relações entre seu país e a América Latina. Ele parecia ver-se como um verdadeiro messias, aquele que havia sido o escolhido para criar relações trabalhistas mais humanizadas, e com isso, como é claro, salvar os investimentos americanos. Ou seja, ele não fazia isso exatamente pelo bem comum, mas pelo seu próprio interesse, da sua família, de sua classe e de seu país. Sabia que, para isso, deveria combater a grande desigualdade que marcava a história do Brasil. O nível de vida da população deveria subir e espelhar-se no próspero vizinho do norte.

Depois da guerra, Nelson Rockefeller esteve mais oito vezes no Brasil. A maioria de suas visitas ao país estava relacionada ao seu projeto de amplo espectro para transformação e modernização do país. De criação de porcos ao expressionismo abstrato e projeto para a construção das marginais de São Paulo. Construiu, zelosamente, uma rede de amigos, sócios e admiradores que serviu para espalhar os princípios políticos, econômicos e ideológicos do americanismo.

Nelson ocupou-se também de “educar” nossa elite no plano estético-ideológico. Em de julho 1950, participou da inauguração de um ala do MASP – Museu de Arte de São Paulo, criado pelo magnata da imprensa Assis Chateaubriand. Na ocasião, fez um discurso que pode ser considerado a pedra angular da política cultural dos Estados Unidos em defesa do liberalismo. Nelson traçou um paralelo entre o povo brasileiro e o americano. Depois, comparou a economia e a política. A ênfase de Nelson no

discurso era sobre as vantagens do mundo livre e as ameaças que poderiam destruí-lo. A união profunda entre brasileiros e americanos era, segundo ele, o melhor meio de defesa da liberdade. A parte fundamental do discurso foi reservada para o final, quando fez uma coerente interpretação da relação entre arte e liberdade. A arte moderna abstrata, disse ele, deve ser respeitada como a expressão da emoção e das aspirações humanas. “Lembremos que os nazistas suprimiram a arte moderna rotulando-a com uma arte degenerada... e os soviéticos suprimiram a arte moderna qualificando-a de formalista e burguesa.”² Também combateu a arte figurativa, vista como uma arma do realismo socialista.

Foi assim que, no período pós-guerra, Nelson atuou em variadas áreas na sua missão para modernizar o Brasil. O modelo a ser seguido pelas “outras Américas”, isto é, a porção do novo continente que havia ficado na periferia do progresso, eram os Estados Unidos, apresentados como o centro da modernização das Américas. A modernização foi usada como eficiente arma para combater ideias exóticas.

Ele veio conhecer o Brasil e escolher o melhor caminho para manter o grande vizinho do sul no “bom caminho”.

Apesar de todo o “esforço” de Nelson Rockefeller para impor a sua modernização ao Brasil, ele não entendia certas singularidades do país. Por exemplo, em uma palestra que fez no ministério da agricultura em 1946, ele insistia na ideia de um *welfare* no Brasil, baseado na pequena propriedade e no *small farmer*.

CONCLUSÃO

No dia 3 de abril de 1946, seis meses antes de desembarcar no aeroporto Santos Dumont, Nelson Rockefeller convidou Adolf Berle para fazer uma palestra na *Council of Foreign Relations*, em Nova York. Ele esperava que o antigo alto funcionário do governo Roosevelt – e ex-embaixador estadunidense no Brasil nos últimos momentos do governo Vargas – explicasse melhor como era o país e seus habitantes. Berle começou dizendo que o Brasil era um grande país, com recursos fabulosos, com uma população de mais de 40 milhões de habitantes e com projeções para dobrar a cada vinte anos. Disse também que o Brasil poderia, em um futuro não muito distante, “ameaçar” os Estados Unidos como fornecedor de alimentos para a Europa faminta do pós-guerra.

Nelson achava que as medidas mais marcantes para modernizar o Brasil foram tomadas por Vargas e sua equipe. Em especial com o Estado

2 Revista Habitat – São Paulo, V.1. p 8-9, outubro/dezembro, 1950.

Novo. O próprio Nelson avaliava: “O serviço iniciado em 1937 no terreno econômico e social tem alcançado os melhores resultados”³.

Berle continuou a exposição afirmando que não era recomendável interpretar o Brasil tendo somente os Estados Unidos como modelo. Isto porque, disse ele: “mesmo o brasileiro iletrado procura sintetizar a vida mais de um ponto de vista estético do que pela praticidade. Onde um americano insiste em um produtivo sistema de fornecedor de água para uma cidade, um brasileiro mostra muito mais interesses em embelezá-la.” (BERLE’S, 1946, p. 2).

Aqui reside um paradoxo. Se Nelson procurava transferir o modelo americano como ferramenta para modernizar o Brasil, Berle parecia dizer que não seria tão simples.

Talvez as formulações de um Oliveira Vianna, elaboradas na primeira metade do século XX, possam dar pequenos sinais de solução para o complicado problema: “(...) a cultura anglo-saxônica seria bem-vinda desde que ‘fosse expurgada do americanismo, dos valores do indivíduo e da matriz utilitária’” (VIANNA, 1996, p. 176).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADOLF A. *Berle’s Speech before Council of Foreign Relations*, April 3, 1946. Rockefeller Family Collection. Record Group 4, Box 23A, Folder 150. Rockefeller Archive Center-Tarrytown, New York.

BANDEIRA, Moniz. *Presença dos Estados Unidos no Brasil*. Rio de Janeiro: editora Editora Civilização Brasileira, 1979.

BARRETO, Lima. *Revista Contemporânea*, 22 mar. 1919, p. 482.

BERLE, Adolf. Adolf A. *Berle’s Speech Before Council of Foreign Relations*, April 3, 1946. Collection Rockefeller Family. Record Group 4, Box 23A, Folder 150. Rockefeller Archive Center. p. 2.

BERLE, Beatrice B. & JACOBS Travis B. Adolf. *Navigating the Rapids – 1918- 1971*, from the papers of Adolf A. Berle. New York, Harcourt Brace Janovich, inc. 1973.

GILMAN, Nils. *Mandarins of the Future – Modernization Theory in the Cold War America*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 2003.

GUILBAUT, Serge. *How New York Stole the Idea of Modern Art. Abstract Expressionism, Freedom, and the Cold War*. Chicago. The University of Chicago Press, 1985.

HOFSTADTER, Richard. *The Paranoid Style in American Politics and other essays*. Cambridge: Harvard University Press, 1996.

³ Gazeta do Rio Pardo, de 16 de novembro de 1952, primeira página.

MAILER, Norman. *Some Honorable Mem* – political conventions (1960-1972). Boston: Little Brown and Co., 1976.

MORRIS, Joe Alex. *Nelson Rockefeller, a Biography*. New York: Arper & Brothers Publishers, 1960.

REICH, Cary. *The Life of Nelson A. Rockefeller – Worlds to Conquer 1908-1958*. New York: Doubleday, 1996.

SEYMOUR, Martin Lipset. *American Excepcionalism, a double edged sword*. New York: W.W. Norton and Company, 1997.

SKLAR, Robert. *Movie-Made America. A Cultural History of American Movies*. New York, Vintage books/Division of Randon House. 1975.

TOCQUEVILLE, Aléxis. Algumas considerações sobre as causas da grandeza comercial dos Estados Unidos. IN In: *A Democracia na América*; . Belo Horizonte, : Ed. Itatiaia, 1977; Livro I; pp. 306-316.

VIANNA, Luiz W. *A revolução passiva – iberismo e americanismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan/IUPERJ, 1996.

VIOTTI da DA COSTA, Emilia. Política de terras no Brasil e nos Estados Unidos. IN In: *Da Monarquia à República – momentos decisivos*. São Paulo: Brasiliense, 1985. pp. 139-163.

WEGNER, Robert. *A conquista do oeste – a fronteira na obra de Sérgio Buarque de Holanda*. Belo Horizonte: editora Editora UFMG, 2000.